

COORDENAÇÃO DE:  
GIULIA ROSSI VAIRO · JOANA RAMÔA MELO

# CLAUSTROS NO MUNDO MEDITERRÂNICO

SÉCULOS X-XVIII

  
ALMEDINA

# Dos claustros cistercienses portugueses: a especificidade de S. Bento de Cástris<sup>1</sup>

Antónia Fialho Conde  
Ana Maria Tavares

## Resumo

O claustro cisterciense, para Bernardo de Claraval, era o *Paradisum Clausralis*, ideal de vida monástica, imagem e antecipação do Paraíso. Epicentro do edifício monástico, é o local onde todos os espaços confinam, permitindo responder a várias exigências comunitárias, proporcionando luz natural (vital e espiritual). No claustro, a hidráulica e a água marcam presença, unindo-se no jardim claustral (*hortus conclusus*), local onde se cultivavam plantas medicinais, árvores de fruto e flores para os altares. Partindo destas ideias e de uma visão interdisciplinar sobre o conjunto dos claustros cistercienses em Portugal, procurou-se entender algumas questões: a conformação da sua implantação; a relação do claustro com os espaços adjacentes; a existência ou não de uma utilização monástica feminina desses espaços e quais as suas especificidades; e, a jusante, entender a especificidade do claustro do mosteiro de S. Bento de Cástris, testemunho da história da Ordem de Cister em Portugal.

## Introdução

*O Claustro aonde o Nosso Illuminado Patriarcha quis sempre enterrados os Professos da sua Regra, para não sahirem das officinas das virtudes, passou a ser para*

---

<sup>1</sup> O presente texto enquadra-se no âmbito do Projecto ORFEUS, Projecto EXPL/EPH-PAT/2253/2013 – *A Reforma tridentina e a música no silêncio claustral: o mosteiro de S. Bento de Cástris*, financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

*as Religiozas principalmente depois dos Capitulos da Reformação do Sacro Santo Consilio de Trento o vedado jardim de que o Espirito Santo já tinha outra ves fallado antigamente nas Escrituras, no qual a Igreja tanto mais difficulta o ingresso de pessoas estranhas<sup>2</sup>.*

A citação, de meados de Setecentos, relembra São Bernardo e a defesa da ideia do claustro enquanto *Oficina das Virtudes*, recomendando as alas claustrais como local primacial para enterramento dos professos da ordem. Depois de Trento, o claustro ganha a força, particularmente para as comunidades religiosas femininas, de *vedado jardim* particularmente avesso ao ingresso de estranhos na clausura, ideário este recuperado das Escrituras. Por esta altura, as ordens monásticas procediam internamente a notáveis acções reformadoras, aqui se enquadrando o surgir das Congregações, sendo que a todo este movimento de renovação não ficaram alheios os espaços dos mosteiros, nomeadamente os claustros, que normalmente receberam uma segunda galeria, acolhendo os gostos artísticos coevos.

### 1. Dos Claustros Cistercienses Portugueses: o legado de Cister

A Ordem de Cister, fundada por São Roberto de Molesme com a fundação do *Novum Monasterium* de Cister em 1098, foi introduzida em Portugal, no séc. XII, num momento em que a ordem ainda se encontrava na primeira fase de expansão e Portugal começava a desenvolver-se enquanto nação.

Os mosteiros cistercienses portugueses encontravam-se vinculados a Claraval, definindo assim uma tipologia de lugar dividindo-se em mosteiros femininos e masculinos. É tradicionalmente apontado como tendo sido o primeiro o mosteiro de S. João de Tarouca (1143-1144), segundo Cocheril<sup>3</sup>, e último o mosteiro de N. Sr<sup>a</sup> de Tabosa (1692).

Para além de toda a sua carga simbólica, o mosteiro, é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar planeado

<sup>2</sup> Biblioteca Pública de Évora (BPE), Cód. CXXXI/2-22, f. 10, *Visita ao mosteiro de S. Bento de Cástris*, 1767.

<sup>3</sup> COCHERIL, Maur, *Les Abbayes Cisterciennes Portugaises dans la seconde moitié du XX siècle*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1976, apesar de disputar a primazia com o Mosteiro de Lafões: cf. MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Edições Colibri, Lisboa, 1998.

pois acima de tudo o mosteiro é um local de habitação dos Homens, mas também de Deus<sup>4</sup> espelhando a Jerusalém celeste na terra.

O claustro segundo Bernardo de Claraval era o *Paradisum Claustralis*<sup>5</sup> a que se refere na sua Epistola 64<sup>6</sup> ao abordar a Abadia de Claraval desejando que esta fosse para os monges a possível *Jerusalém Celeste* na terra.

O plano arquitectónico cisterciense nunca foi estático, foi-se adaptando consoante as necessidades e consoante as demandas da realidade do contexto em que se inseria. Apesar da utilização de um plano tipo, dificilmente se encontram duas abadias cistercienses idênticas, pois devemos ter em atenção, não só as devidas adaptações e alterações, como também as condicionantes de cada local.

De facto, é a influência do pensamento de São Bernardo que proporciona a utilização das linhas simples e direitas e que se repercute nas igrejas dos mosteiros com filiação em Claraval (como é o caso de mosteiros em solo português). As outras fundações e filiações também adoptaram este programa e esta linguagem; no entanto a utilização de mão-de-obra local e a influência da arquitectura de cariz regional trouxeram elementos característicos do próprio contexto onde se inseriam.

Os mosteiros cistercienses eram complexos sistemas arquitectónicos sendo a parte mais interna da cerca monástica composta por edificações próprias para o serviço divino e para a habitação, dispostos de *more nostrum* seguindo um rígido esquema, enquanto os espaços acessórios, mas igualmente necessários, como oficinais, armazéns, enfermaria eram colocados de um modo mais livre.

O que a arquitectura cisterciense traz de novo é uma simplicidade e uma coerência inéditas no seu tempo. Por ter sido baseada no rigor e na razão do pensamento de São Bernardo é muitas vezes apelidada de *arquitectura bernardina*.

<sup>4</sup> DIAS, Geraldo Coelho, «Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges», *O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos*, Ed. Afrontamento, Porto, 1997, p. 13-37.

<sup>5</sup> MUMFORD, Lewis, *A cidade na história – suas origens, transformações e perspectivas*, Martins Fontes, São Paulo, 1961, p.271; SIMSON, Otto von, *La catedral gótica*, Alianza Forma, Madrid, 2000, p. 64.

<sup>6</sup> S. BERNARDO, «Epistola 64», in *Obras Completas de San Bernardo*, vol. VII, B.A.C., Madrid, 2003; cf. p. 246-247: *Et si vultis scire, Claravallis est. Ipsa est Ierusalem, ei quae in caelis est, tota mentis devotione, et conversationis imitatione, et cognatione quadam spiritus sociata. Haec requies illius, sicut ipse promittit, in saeculum saeculi: elegit eam in habitationem sibi, quod apud eam sit, etsi nondum Visio, certe exspectatio verae pacis, illius utique de qua dicitur: Pax Dei, quae exsuperat omnem sensum.*

São Bernardo uniu a experiência estética e a religiosa permitindo criar elações e conclusões acerca de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitectónicos *de more nostro* tendo por base o chamado *plano bernardino*, apesar de nada ter escrito sobre este assunto.

No mosteiro cisterciense, a igreja constitui-se como o mais importante elemento da sua implantação. Porém, o claustro<sup>7</sup> é o epicentro do edifício monástico, em termos de desenho e de funcionalidade. Deriva do latim *claustrum*, ou seja algo de fechado, ou algo que possa fechar.

O claustro permite dar resposta, em termos arquitectónicos, às mais variadas exigências comunitárias. Era no claustro que as religiosas se encontravam antes e depois do trabalho, era nele que faziam as suas leituras e seguiam as procissões sendo neste ultimo caso como que um prolongamento da Igreja<sup>8</sup>. No âmbito do espaço claustral três lados correspondem às funções essenciais: *spiritus*, a Norte, onde se localizava a igreja, lugar específico para a oração, introspecção e elevação espiritual; *anima*, a Este, onde se encontrava a sacristia, sala do capítulo, salas de trabalho intelectual, lugares de trabalho, mas também de elevação intelectual e espiritual; *corpus*, a Sul, onde se localizava a cozinha, o calefactório, o refeitório, as latrinas, ou seja tudo o que era necessário à sobrevivência e subsistência do corpo; o quarto lanço do claustro, a Oeste, era aberto aos Conversos, era a *Domus conversorum*, sendo constituído pelo celeiro, dormitório, refeitório, latrinas. Note-se a diferença de significados e oposição entre o lado do *spiritus* e o lado do *corpus* surgindo a dicotomia terra-céu e matéria-espírito.

Nos territórios onde se implantava a Ordem de Cister eram apresentadas soluções inovadoras, o que não significa que permanecessem como tal, fora destes territórios, pois os cistercienses sempre souberam utilizar as premissas singulares dos locais onde se encontravam. De facto, foi isto que sucedeu com os mosteiros cistercienses portugueses e os seus claustros (fig. 1 e fig. 2).

<sup>7</sup> Para a definição de Claustro ver: BANGO, Isidro, *El monasterio medieval*, Ed. Anaya, Madrid, 1990; KINDER, Terry N., *I Cisterciensi – vita quotidiana, cultura, arte*, Editoriale Jaca Book, Milano, 1998; IDEM, *L'Europe Cistercienne*, Ed. Zodiaque, St. Léger, 1998; BORGES, Nelson Correia, «Arquitectura Monástica portuguesa na época moderna (notas de uma investigação)», *MUSEU*, IV série, 7, 1998, p. 34-42; TOBIN, Stephen, *Les Cisterciens – Moines et Monastères d'Europe*, Les Éditions du Cerf, Paris 1995, p. 100-102.

<sup>8</sup> Ainda que actualmente existam as mais diversas utilizações dos claustros cistercienses portugueses, uma vez que os cistercienses partiram em 1834 para não mais regressar.

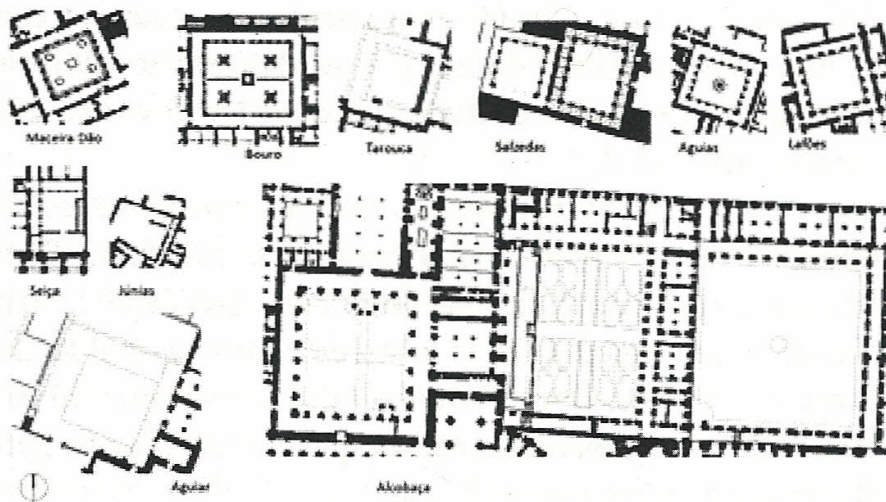


Fig. 1 – Plano síntese apresentando os claustros correspondentes aos Mosteiros Cistercienses Portugueses (masculinos) utilizando a mesma escala gráfica. [Ana Maria Tavares Martins, 2013]

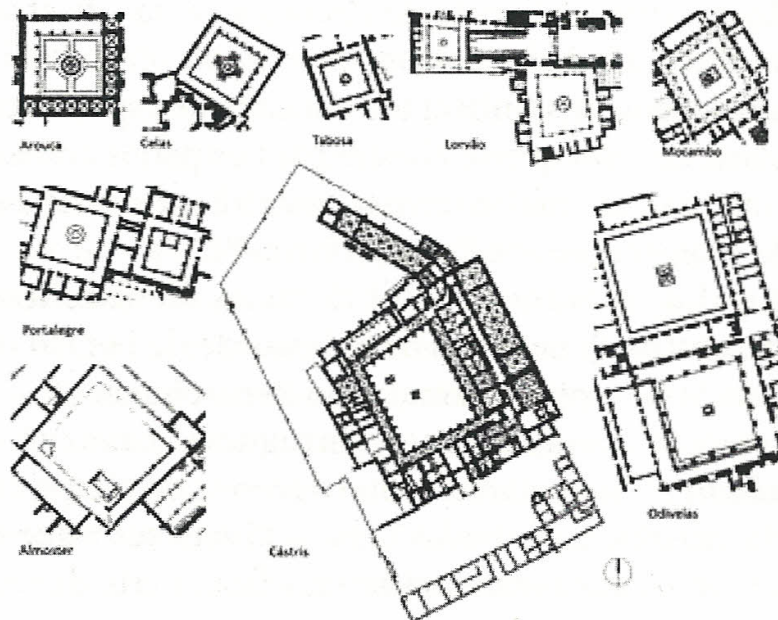


Fig. 2 – Plano síntese apresentando os claustros correspondentes aos Mosteiros Cistercienses Portugueses (femininos) utilizando a mesma escala gráfica e no qual se destaca S. Bento de Cástris [Ana Maria Tavares Martins, 2013]

A construção cisterciense apresenta influências de particularidades locais, mas também características de homogeneidade que foram resultado não só de uma organização centralizada, mas também devido à existência do Capítulo Geral a partir do qual eram tomadas as decisões destinadas

a todos os mosteiros aliada às visitas regulares dos mosteiros. A arquitectura cisterciense contemplava já a ampliação, ou mesmo a reconstrução, que se estendia para além da igreja e se alargava aos dormitórios, à cozinha, ao refeitório e outros edifícios necessários devido à disposição planimétrica do edificado<sup>9</sup>.

O espírito de Cister conotado com os seus primórdios foi-se perdendo a pouco a pouco e isso é visível ainda durante o século XIII. Os edifícios monásticos começaram a necessitar de obras de conservação e/ou remodelação que foram sendo executadas ao sabor da época na qual se inseriam e segundo novas exigências. Com o decorrer do tempo também os ideais e a realidade se vão alterando, mas o espaço permanece, sendo apropriado de modo distinto ou mesmo semelhante.

O claustro apresenta-se como uma obra-prima da organização e da simplicidade cistercienses. Através das suas galerias estabelecem-se ligações entre os distintos espaços. A sua funcionalidade é essencial ao cumprimento da vida cíclica vivida pelos monges ou monjas em clausura. A sua função era essencialmente de circulação e não de atravessamento do espaço aberto.

Os claustros medievais tinham um conceito de espaço extremamente fechado, pois as arcadas que se abriam para os pátios eram assentes em elevados parapeitos. O espírito renascentista altera esta situação ao dotar o claustro de «construções à escala terrestre»<sup>10</sup>

Em Portugal, a modernidade dos claustros foi definitivamente afirmada com o claustro do mosteiro de S. Mamede de Lorvão onde as arcadas comungam já do espírito inovador do Renascimento<sup>11</sup>.

Muitos dos mosteiros cistercienses portugueses, na sua génese não possuíam *sobreclaustro*<sup>12</sup>. No entanto com o decorrer do tempo começaram a surgir galerias, abertas ou fechadas, sobre o piso térreo a que corresponde o claustro. O sobreclaustro passava assim a fazer parte da fachada arquitectónica do próprio claustro.

<sup>9</sup> KINDER, *Cisterciensi – vita quotidiana, cultura, arte*, cit., p. 98.

<sup>10</sup> BORGES, «Arquitectura Monástica portuguesa na época moderna (notas de uma investigação)», cit., p. 35-36.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 38-39.

O pátio claustal corresponde ao espaço central sendo geralmente quadrangular e ocupado por um jardim ou por uma área verde em que se encontra uma fonte a marcar a sua centralidade.

No que respeita a este elemento preponderante na arquitectura cisterciense pode-se afirmar que com o decorrer do tempo ganhou contornos cada vez mais complexos aproximando-se mesmo da obra escultórica.

O jardim claustal ou *hortus conclusus* era o local onde muitas vezes se cultivavam hortas e plantas medicinais, árvores de fruto, flores. Com o Renascimento o jardim claustal é dotado de um certo “ar urbanizado” apresentando passeios lajeados, muretes que conformam os canteiros<sup>13</sup>. Actualmente os jardins claustrais dos mosteiros cistercienses portugueses estão demasiado modernizados e adulterados pela contemporaneidade, ou então pelo seu abandono, e desprovidos do seu uso inicial, pelo que não é possível tipificá-los.

Com o advento da época moderna surgem as ordens clássicas e a expressão iconográfica é levada para capelas devocionais.

## 2. A especificidade do claustro do mosteiro de S. Bento de Cástris

Este mosteiro, o primeiro a Sul do Tejo<sup>14</sup> e num contexto em que a ordem procurava evitar o surgir das autonomias e firmar o poder do Capítulo Geral de Cister, foi visitado em 1531 pelo Geral da ordem, D. Edme de Saulieu. Claude Bronseval, secretário do abade, escreve que, na altura, todas as monjas tinham os seus quartos particulares dispostos à volta do *pequeno e belo claustro*, numa comunidade que tinha então trinta e oito religiosas e duas noviças, todas belas e bonitas, desconhecendo o uso da cogula<sup>15</sup>. A visita de um mês ao cenóbio ditaria uma férrea acção disciplinadora, conduzida por D. Violante de Souza Chichorro, abadessa vinda de Odiveelas, durante cerca de três décadas (faleceu em 1563).

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>14</sup> CONDE, Antónia Fialho, *Cister a Sul do Tejo. O mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*, Edições Colibri, Lisboa, 2009.

<sup>15</sup> BRONSEVAL, Frère Claude de, *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*, Publications du Centre Culturel Portugais – Fondation Calouste Gulbenkian/Presses Universitaires de France, Paris, 1970, 2 t.





Fig. 3 – Claustro do Mosteiro de S. Bento de Cástris [Ana Maria Tavares Martins, 2008]

Foi com a carga simbólica de *vedado jardim* e de *oficina das virtudes* que a função dos claustros (fig. 3) foi reafirmada pela Congregação de Alcobaça a partir de 1567 nas constantes Visitações aos mosteiros dependentes da abadia-mãe, de que Cástris fazia parte. Sendo, tal como nos outros cenóbios, ponto de referência e elemento de proporção do complexo monacal, também neste mosteiro as várias dependências se acomodavam pela mesma ordem e com as mesmas proporções relativas (fig. 4): a igreja, encostada a uma das galerias (em Cástris, a ala sul), orientada no sentido poente/nascente; a ala poente, rematada pela cozinha (e calefactório), e que acolheria também as religiosas conversas; oposto à igreja, no lanço norte do claustro, ficava o refeitório das monjas, e ainda uma passagem para a sua cerca particular. Na ala nascente, o antigo *Armorium*, a sala do Capítulo, a escada para o dormitório (no primeiro piso) e a sala das monjas, de acordo com a normativa cisterciense.

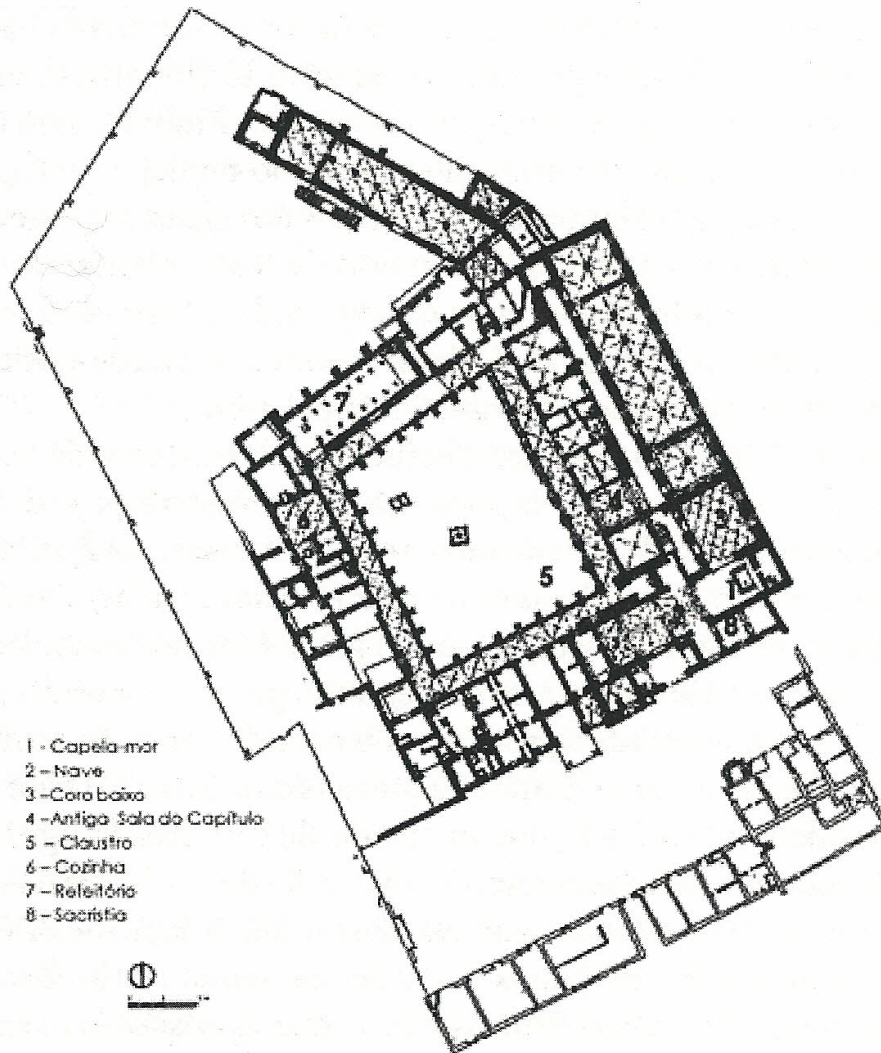


Fig. 4 – Planta do Mosteiro de S. Bento de Cástris [Ana Maria Tavares Martins, 2013]

O claustro do mosteiro, de configuração irregular e atípica porque trapezoidal (lanços sul e norte com 24 colunas, lanço poente com 30 e lanço nascente sem os capitéis originais, porque refeito em 1825, de Maio a Novembro), tem os elementos que o relacionam com a água, a fonte e o poço no seu interior, descentrados no recinto e sem alinhamento com as entradas das galerias para o claustro ou com os vestígios arquitectónicos mais ancestrais, sendo os próprios canteiros de configuração irregular. Desenvolve-se em dois pisos, excepcionalmente em três no ângulo sul/poente (que correspondia à casa da abadessa, com quarto particular, lareira, sala de recepção e varandim), com capitéis e arcarias distintas (primeiro piso com vãos cobertos por arcos de volta ultrapassada, capitéis vegetalistas,

heráldicos<sup>16</sup> e de turbante, o segundo com duplo vão de arcos abatidos e o terceiro com arcos de volta perfeita), denunciando diferentes campanhas de obras, tornando-o, como o classificava já Pérez-Embid<sup>17</sup>, num dos mais significativos conjuntos do hibridismo manuelino-mudéjar português. Por outro lado, este claustro cumpre os requisitos dos claustros cistercienses, pois permitia não só a presença de árvores de fruto, plantas aromáticas, ornamentais e medicinais (*hortus conclusus*), sendo ao mesmo tempo local de passagem, aliando a singularidade da arquitectura tardo-gótica do Sul à funcionalidade que estes espaços deviam permitir.

O Livro das Visitas ao mosteiro efectuadas pela casa-mãe dá a conhecer o uso quotidiano do claustro pela população que vivia no espaço da clausura (criadas particulares e da ordem, recolhidas, conversas, noviças, religiosas de véu preto e coro). Acendiam-se fogareiros pelas criadas, a pretexto da feitura de doces e comida, o que provocava grave dano nos retábulos, altares e imagens das capelas dos primeiro e segundo pisos do claustro, pelo que foi muitas vezes contestado e proibido, sob pena de expulsão do mosteiro. A comunidade ouviu várias admoestações a propósito da falta de limpeza do claustro, dada a existência, documentada, de galinhas, frangos, perus e gansos que circulavam livremente, devido à falta de vigilância das criadas; a medida punitiva considerada mais eficaz era o abatimento dessas mesmas aves para alimento das religiosas doentes, não sendo restituídas. O próprio abade de Alcobaça, frei Paulo de Brito, quanto visitou o mosteiro em 1719 apontou a indignidade de o claustro ser local tão descuidado, apesar de nele se enterrarem religiosas, sendo da responsabilidade da priora a sua limpeza, pelo menos trimestralmente<sup>18</sup>. Passada a primeira metade

<sup>16</sup> Armas dos Almeidas, também existentes no fecho da abóbada da portaria da igreja; no fecho da abóbada da nave, onde seis delas se contrapõem a uma esfera armilar, encontrando-se também a encimar quatro colunas; no antepenúltimo capitel do lanço poente do claustro e no último do lanço norte; no fecho da abóbada da primitiva sala do Capítulo, a par de uma esfera armilar, bem como de uma sala contígua, que certamente completaria a sala medieva do Capítulo. Os Almeidas são, por alguns autores, identificados como padroeiros do mosteiro, como demonstram também os diversos cargos de prelazia que desempenharam na comunidade ao longo de gerações, de que salientamos a abadessa D. Paula de Almeida Falcão, filha de Martim Cota Falcão; cf. ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, vol. I, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1966, p. 287-293.

<sup>17</sup> PÉREZ-EMBED, Florentino, *El mudéjarismo en la Arquitectura Portuguesa de la época manuelina*, CSIC, Instituto «Diego Velásquez», Sección de Sevilla, Madrid, 1955, p. 136-140.

<sup>18</sup> BPE, Cód. CXXXI/2-23, f. 113v.

do século XVIII, surge cada vez mais a ideia de que a Casa das Esposas de Cristo devia primar pela limpeza. Deviam as criadas varrer em dias alternados *nos seus arbitrados distritos*<sup>19</sup>, particularmente nos claustros e passagens públicas, sem se isentarem dos espaços do forno e da cozinha.

Por outro lado, se o luxo encontrava formas de expressão nos cobertores de seda exibidos por algumas religiosas, ele também se manifestava na presença de animais de companhia (especialmente cães) que acabavam por circular pelo claustro; esses usos conheceram ao longo dos anos várias tentativas de serem completamente abolidos, dado que os cânones proibiam expressamente a presença de cães machos na clausura, bem como das cadelas que os inquietavam.

Do quotidiano das religiosas destacamos também o cumprimento de uma *estação* da Via Sacra antes das refeições; ao longo do claustro, existiam altares dedicados aos *Passos* da Paixão de Cristo com quadros sobre os respectivos altares. Aqui percorriam as religiosas a Via Sacra e tinham lugar, com grande devoção, as procissões de Sexta-feira da Paixão, antecedidas e sucedidas de pregação alusiva. Os órgãos centrais da Congregação decidiam ainda sobre o cenário, o percurso e o conteúdo das procissões fossem de defuntos ou não. Por altura do Corpo de Deus, destacava-se a composição das quadras do claustro, tal como em Fevereiro, por altura da procissão das Candeias, com fitas para palmitos e alvas: *Começará depois a procissão pelo claustro, que o prior ou priora mandou limpar, para nada se achar que ofenda os olhos dos religiosos. Acabadas as estações começa o Abade, ou o cantor se ele não estiver, a aña Hodie Virgo Maria, mas nos mosteiros de religiosas será o sacerdote que disser a missa, e não a abadessa ou a cantor. Entrarão na igreja, a acabada a antífona, missa solene*<sup>20</sup>.

O claustro era, pois, local de expressões de devoção que facilmente enquadrámos no contexto pós-tridentino. No de S. Bento de Cástris existiam diversas capelas, como a de S. João Baptista, local onde muitas criadas colocavam doces, o que foi proibido na visita de 1700. Neste contexto, é fundamental a descrição que o P. Manuel Fialho<sup>21</sup> faz do cenóbio ebo-  
rense, numa perspectiva de sublinhar não só a grandeza do espaço físico

<sup>19</sup> BPE, Cód. CXXXI/2-22, f. 3v.

<sup>20</sup> *Livro Ordinario do Officio Divino segundo a Ordem de Cister, novamente correcto e emendado por hum Religioso da dita Ordem, Estudante na Universidade de Coimbra, do Collegio de Sam Bernardo*, 1550, cap. 52.

<sup>21</sup> BPE, Cód. CXXXI/1-11 – FIALHO, P. Manuel, *Évora Illustrada*, t. IV, 1ª parte.

como também de a entender como uma explicitação da devoção. Em relação ao claustro, e num total de dezassete capelas que existiriam no mosteiro, o P. Fialho refere que no segundo piso se situava a capela de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres, com imagens de São José, de Santa Teresa e de Cristo, esta última com uma nítida dimensão mística: *a todas as almas está tirando com as setas de suas divinas inspirações. A Madre Maria da Resureição vio que lhe tirava ao coração com hum rayo de resplendores*<sup>22</sup>. No primeiro piso, no lanço sul, são referidas quatro capelas: uma, da Senhora do Rosário, de particular devoção no mosteiro; outra da Santa Cruz, com imagens da Senhora da Piedade, Santa Helena, Santa Maria Madalena e São João Evangelista; a terceira da Senhora da Nazaré, também com uma imagem de São Bernardo; a quarta e última dedicada ao apóstolo São Bartolomeu, tida também como muito milagrosa.

### 2.1. O claustro de Cástris e os abadessados trienais

A função vital do cargo de abadessa no quotidiano conventual pode comparar-se à própria imagem da função do claustro dentro do mosteiro: se na morfologia construtiva dos mosteiros o claustro desempenha uma função similar à do coração no organismo humano, também o abade ou a abadessa são o órgão vivo que assegura o ritmo da vida conventual e o funcionamento dos demais órgãos (cargos e ofícios) dele dependentes<sup>23</sup>.

O período pós-tridentino consumou uma das principais alterações na vida das comunidades religiosas, masculinas e femininas, que teve a ver com decisões tomadas no Concílio acerca da duração das prelazias e com o facto de as comunidades poderem eleger o abade/abadessa, chegando as preladas ao cargo através da chamada *eleição canónica*<sup>24</sup>. O Concílio de Trento<sup>25</sup> estabeleceu regras fixas para a eleição da abadessa: ela deveria

<sup>22</sup> BPE, Cód. CXXX/1-11, t. IV, 1ª parte, f. 13.

<sup>23</sup> A *Regra de S. Bento*, Capítulo II, é clara quanto à função do abade no mosteiro, fazendo as vezes de Cristo, segundo o Apóstolo: *Recebestes o espírito de adopção de filhos, em virtude do qual clamamos: Abba, que quer dizer Pai*. Rom., 8,15.

<sup>24</sup> CONDE, Antónia Fialho, «S. Bento de Cástris na Congregação Autónoma de Alcobaça: Extensão e limites do poder das abadessas no período moderno», in *Economia e Sociologia*, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico e Social de Évora, Évora, 84, 2007, p. 129-145.

<sup>25</sup> Sessão XXV (nota e última de Pio IV, dias 3 e 4 de Dezembro de 1563), *Dos Regulares e Freiras*, Caps. 6 (*Forma de eleger os superiores*) e 7 (*Quais, e de que modo se devão eleger as Abadessas*,

ser eleita por voto secreto, devendo ter mais de 40 anos de idade e oito anos de hábito, frisando-se também que o cargo era trienal. Em S. Bento de Cástris, a última abadessa perpétua foi D. Brites Pereira, e a primeira trienal, em 1586, D. Maria de Almeida<sup>26</sup>, eleita sob a presidência do então abade geral Fr. Bernardo de St.<sup>a</sup> Maria. Antes da passagem aos abadessados trienais exigidos por Trento e consumados pela Congregação Autónoma de Alcobaça, temos que o mosteiro de S. Bento de Cástris conheceu significativas obras estruturais no século XVI. Por alvará de D. Manuel de 4 de Dezembro de 1520 é confirmado o contrato celebrado entre Estêvão Lourenço, pedreiro, e o amo (Bartolomeu de Paiva) do príncipe acerca das duas quadras do claustro do mosteiro de S. Bento de Cástris, a construir de acordo com as outras duas que já estavam construídas – alas sul e nascente –. O contrato foi celebrado em 29 de Dezembro de 1520<sup>27</sup>; nele afirmava-se que a obra teria que estar pronta em Junho de 1521. Esta intervenção localizou-se apenas no claustro; desta forma, o mosteiro, cerca de dez anos depois, foi descrito ainda, por Claude de Bronseval<sup>28</sup>, como sendo pequeno, com poucos edifícios, ocupando pouco espaço na sua extensão.

O período manuelino significou uma intervenção estrutural no edifício que se fez sentir também a nível da igreja, o que se reflecte não só na sua tipologia em relação às suas congéneres, como também no facto de importantes campanhas artísticas, ao nível da pintura, datarem de meados do século XVI<sup>29</sup>. O século XVII significou para o mosteiro a consumação de obras estruturais, sendo que o claustro, em 1687, conheceu uma importante campanha de consolidação, a mais intensa desde a intervenção de Estêvão Lourenço. Em finais do século e inícios do seguinte, sendo abadessa D. Luísa Antónia de Mesquita várias intervenções foram realizadas provando um dinamismo interno e disponibilidade económica, numa altura

---

*e as Preladas de qualquer outro nome. Nenhuma governe dous conventos*), in REYCEND, João Baptista, *O sacrossanto, e ecuménico Concílio de Trento em Latim e portuguez dedica e consagra, aos...Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana*, Officina de Francisco Luiz Almeno, Lisboa, 1781, tomo II, pp. 371-374.

<sup>26</sup> BPE, *Livro das Enleições das Abadessas trienais de S. Bento*, cód. CXXXI/ 2-21.

<sup>27</sup> SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, 1904 e 1923, p. 82-84.

<sup>28</sup> BRONSEVAL, *Peregrinatio Hispanica*, cit., p. 418-455.

<sup>29</sup> CAETANO, Joaquim Oliveira, «A identificação de um pintor», *Oceanos*, 13, Março 1993, p. 112-118.

em que o mosteiro contava com setenta e três religiosas<sup>30</sup>. Já em 1697 a mesma abadessa promovera a cobertura das galerias do primeiro piso do claustro e, no mesmo piso, ao nível das decorações, na capela ao lado da biblioteca, com azulejos e esgrafitos, e alguns frescos, de que restam escasos vestígios. Também por esta altura foram consertados a fonte do claustro, o *registo da água de prata* (caixa de água que ligava com o aqueduto da Água de Prata, em Setembro de 1699) e o sistema de canalização do mosteiro, em especial o do claustro. O século XVIII foi, também neste mosteiro, o século da profusão decorativa sobretudo na igreja, além das obras de manutenção do edificado e do recinto claustral (hidráulica, fonte, poço). Em Maio de 1776 as religiosas, por determinação da legislação pombalina, abandonam o mosteiro e seguem para Odivelas. No regresso, o mosteiro é encontrado arruinado e tiveram lugar significativas intervenções, durante o abadessado de D. Luísa Antónia de Sousa Vidigal (1778-1781), nomeadamente arranjos no claustro. Entre 1786 e 1789, D. Ana Maria da Encarnação Leite foi abadessa, sendo esta a altura da colocação dos azulejos em todo o claustro, retirado aquando da adaptação do edifício a Casa-Pia, em finais da década de 40 do século XX. Nos abadessados seguintes prossegue o embelezamento da igreja, que por vezes se estende às capelas, nomeadamente do claustro, como em 1790 na capela de S. João Evangelista<sup>31</sup>. Em 1857, ainda em vida de Joana Isabel Baptista, a última religiosa do mosteiro que viria a falecer em 1890, o complexo conventual era ainda descrito<sup>32</sup> *como grande e bello, o seu estado material é óptimo, e permite muita duração, com um imponente claustro.*

### Considerações finais

O claustro e todo o conjunto edificado do mosteiro de S. Bento de Cás-tris devem ser interpretados atendendo-se à sua história no panorama das comunidades monásticas eborenses e no panorama cisterciense nacional.

O conjunto construído, à maneira da sua fundação, é humilde, tendo conseguindo resistir a vicissitudes diversas, que se prolongam nos dias de hoje. Não conheceu intervenção régia directa, ou da Casa real em termos

<sup>30</sup> BPE, Cód. CXXXII/2-48, f. 23 v.

<sup>31</sup> BPE, Cód. CXXXII/1-16, f. 49v.

<sup>32</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo (A.N.T.T.), Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, IV/I/22 (101).

de fundação e não teve patronos que assegurassem o patrocínio de suntuosas instalações e/ou decorações;

O mosteiro, e particularmente o claustro, reflecte a singeleza bernardina adaptada aos moldes artísticos vigentes no sul do país, e identifica algumas famílias ou religiosas particulares que, sobretudo pelo cargo que exerceram, nele deixaram a marca do tempo em que viveram e dos recursos económicos de que dispunham, destacando-se assim a especificidade do mosteiro de S. Bento de Cástris.



## ÍNDICE

Nota das organizadoras .....	9
Programa .....	11
Apresentação.....	19
 <b>Origens e Evoluções</b>	
Os claustros (desaparecidos) do Românico Português <i>Jorge Manuel de Oliveira Rodrigues</i> .....	25
Il chiostro a Roma tra XII e XIII secolo: genesi, evoluzione e diffusione di un modello <i>Roberta Cerone</i> .....	41
Los claustros de Moreruela. Historia y hipótesis de reconstrucción <i>Leocadio José Peláez Franco</i> .....	55
As Sés de Lisboa e Évora e a importância dos <i>Experimentalismos</i> nos claustros <i>Catarina Madureira Villamariz</i> .....	71
Le vie del chiostro gotico tra Liguria, Piemonte e Provenza <i>Fulvio Cervini</i> .....	87
Dos claustros cistercienses portugueses: a especificidade de S. Bento de Cástris <i>Ana Maria Tavares e Antónia Fialho Conde</i> .....	101
O Claustro Grande do Convento de Cristo em Tomar e os claustros serlianos portugueses <i>Rui Lobo, Vítor Murtinho e Nuno Maia da Silva</i> .....	117

OBRA  
ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE CLAUSTROS  
NO MUNDO MEDITERRÂNICO (SÉCULOS X-XVIII)

AUTOR

GIULIA ROSSI VAIRO E JOANA RAMÔA MELO (COORD.)

1.ª Edição: Fevereiro, 2016

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PAPELMUNDE

Fevereiro, 2016

DEPÓSITO LEGAL

406165/16

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT –  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto UID/  
PAM/00417/2013



GRUPOALMEDINA

---

***Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação***

ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE CLAUSTROS NO MUNDO  
MEDITERRÂNICO, 1, Lisboa, 2013

I Encontro Internacional sobre Claustros no Mundo Mediterrânico :  
sécs. X-XVIII / coord. Giulia Rossi Vairo, Joana Ramôa Melo

ISBN 978-972-40-5903-7

I – VAIRO, Giulia Rossi

II – MELO, Joana Ramôa

CDU 72